

Inserção no mercado e problemas associados à matriz produtiva: sujeição, vulnerabilização e resistência de sitiantes¹.

MELO, Beatriz Medeiros de²

MORAES SILVA, Maria Aparecida de³

Resumo: Neste artigo, discutiremos o processo de vulnerabilização da pequena agricultura, que tem origem tanto na inevitável e desfavorável inserção no mercado quanto na generalização da matriz produtiva da agricultura convencional, bem como algumas experiências de resistência cotidiana empreendida por eles diante desse contexto. Trata-se, portanto, de uma análise de problemas enfrentados no momento da produção e da comercialização. Tomaremos como exemplo o caso dos sitiantes do extremo noroeste paulista (microrregião de Jales), produtores de frutas “de mesa” e de leite, analisado pela primeira autora em tese de doutorado recém-concluída. Problematizaremos a questão discutindo: a sujeição do campesinato no momento da circulação e o processo de extração da renda da terra realizado nesse contexto; a dependência dos sitiantes em relação às culturas comerciais e, conseqüentemente, ao mercado de insumos e fertilizantes; a dependência também em relação à orientação de agrônomos das próprias lojas de insumos; a elevação dos custos de produção e a ausência de uma política de preços mínimos eficaz para pequenos agricultores que não estão diretamente subordinados às agroindústrias; a desigual difusão e acesso a novas técnicas e equipamentos. De outro modo, apontaremos para a evidência da consciência do sitiante do extremo noroeste em relação à sua condição de sujeição, em relação às conseqüências ambientais e sociais da prática da agricultura convencional, e para algumas experiências de alargamento da margem de autonomia relativa (a organização de associações produtivas, a diversificação das estratégias de circulação de produtos) e de mudança da matriz produtiva ou de redução de danos (experiências de agricultura natural e agroecológica; técnicas de preservação e cuidados com o solo).

¹ Este artigo apresenta resultados da investigação de doutoramento intitulada “História e Memória na contramão da expansão canavieira: um estudo das formas de resistência dos sitiantes do extremo noroeste paulista”, defendida pela primeira autora em dezembro de 2012, e orientada pela segunda autora. Link para a tese: http://www.bdt.d.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5837

² Pesquisadora associada e Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFSCar.

³ Professora visitante no Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFSCar.

Sitiantes: das relações com o mercado e das estratégias de reprodução

Os sitiantes do extremo noroestes paulista (especificamente a microrregião de Jales) – em sua maioria descendentes de imigrantes (italianos, espanhóis japoneses) e de migrantes nacionais (nordestinos e mineiros) – chegaram a esta região depois de passarem pela condição de colonos nas fazendas de café da região central do Estado⁴. A MR de Jales é hoje uma das regiões com a estrutura fundiária mais desconcentrada do Estado (tendo à sua frente apenas a MRG de Presidente Prudente); o volume de população rural e de população empregada no setor primário era significativo em relação ao Estado e também ao Brasil; a produção agropecuária (sobretudo de frutas e leite) é expressiva, sendo uma das mais importantes regiões do Estado produtora de algumas frutas “de mesa”, destinadas ao mercado interno, como a uva e a laranja, e de importante bacia leiteira. Neste artigo apresentamos alguns apontamentos sobre a situação de sujeição dos sitiantes, que deriva de sua inevitável inserção no mercado, e de algumas expressões de resistência a tal sujeição.

Tratamos os sujeitos dessa investigação na maioria das vezes por *sitiantes*, tanto porque é desse modo que eles se autodenominam, como porque é este um termo consagrado pelos Estudos Rurais que tratam do campesinato paulista⁵. Sitiantes, para a maioria destes autores são tanto aqueles que detém a *posse* da terra como os que possuem tão somente seu domínio, ou são os responsáveis pela produção, como o caso de parceiros e moradores. E utilizam sobretudo da mão de obra familiar nos trabalhos agrícolas⁶. Entretanto, sempre que estivemos no caminho da construção de *generalizações*, quando relacionamos este grupo a outros grupos de camponeses com os quais compartilham de “posições” semelhantes na sociedade brasileira, os chamaremos por *camponeses*.

E tomamos, como características históricas essenciais para a definição deste grupo⁷: a posição de sujeição em relação à sociedade mais ampla na qual está

⁴ O primeiro capítulo da tese apresenta larga investigação bibliográfica sobre a história de ocupação do extremo noroeste paulista e sobre a história de imigração dos ascendentes dos sitiantes que hoje a ocupam.

⁵ MULLER, 1951; CANDIDO, 1971, QUEIROZ, 1973, MARTINS, 1973, entre outros.

⁶ Discussão mais extensa sobre a questão das “denominações” do grupo aqui estudado foi apresentado no artigo MORAES SILVA; MELO; MORAES, 2012.

⁷ Para compreender esse sujeito histórico acessamos diversos estudos clássicos sobre o campesinato, e tínhamos a intenção inicial de construir um capítulo desta tese retomando alguns elementos dessa discussão teórica.

inserido (elemento central para o debate que apresentaremos aqui); a posse dos meios de produção; a utilização de mão de obra familiar (sobretudo, mas não exclusivamente); a busca por autonomia (que supõe a ideia de evitar riscos); a defesa de uma “ética da subsistência”⁸. Trata-se de um sujeito que vive na permanente contradição entre a sujeição e a busca por autonomia, entre a produção para a subsistência e a necessidade de inserção no mercado. E, então, para que possamos compreender sua existência de uma forma mais ampla precisamos, necessariamente, analisar tanto sua organização interna quanto as relações que constitui com o mundo exterior (o mercado, a cidade)⁹.

1. Produção: da sujeição e da dominação à experiência da sustentabilidade.

Uma das características distintivas dos sítiantes do extremo noroeste paulista em relação a outros grupos de camponeses brasileiros é a generalizada inserção no mercado. Trata-se de um grupo que, diferente daqueles que vivem em regiões de ocupação mais antiga, como a região Nordeste do país, chegaram ali num contexto de generalização das relações capitalistas no campo (LEITE, 1989, p. 32-33). Embora, seus ascendentes imigrantes tenham uma origem rural que, supomos, pode também ser aquela do camponês tradicional (cuja economia, ainda que inserida no mercado, estava ligada estritamente à subsistência, limitada a reprodução simples), a geração que ocupou a região do noroeste paulista vivenciou um contexto bastante diferente. Atravessou um primeiro período de intensa subordinação aos grandes latifundiários cafeicultores, quando, na condição de colonos, dividiam seu tempo entre a produção de café nas propriedades dos grandes fazendeiros, destinada à comercialização – pela qual recebiam, num primeiro momento, uma parcela dos rendimentos e, mais tarde, um salário fixo – e a produção para subsistência das famílias, realizada nos quintais das casas de colônia ou nos corredores dos cafezais (MORAES SILVA, 2008). Num segundo momento, com os rendimentos do trabalho como colonos conseguiram adquirir uma pequena propriedade, livrando-se das teias de subordinação tecidas pelos latifundiários para passar a uma subordinação direta ao mercado (MARTINS, 1973).

Entretanto, em virtude da extensão da análise do estudo de caso a que nos propomos abandonamos tal projeto, que, ademais, já foi realizado por importantes investigadores brasileiros.

⁸ Dentre os principais estudos consultados estão: WOLF, 1976; QUEIROZ, 1973; PLOEG, 2008; MENDRAS, 1978, WOORTMANN, 2001; WANDERLEY, 1996; SCOTT, 1976.

⁹ Desse modo compartilhamos, sobretudo, com a posição exposta por SHANIN (2005).

Nesta transição, os tempos de produção passam a ser guiados não mais pelo tempo natural do desenvolvimento das espécies que cultivam, mas sobretudo pelos tempos do mercado, derivando daí a “artificialização e desnaturalização das atividades agrícolas e a descosmicização e racionalização de seus tempos de produção” (ECHEVERRIA, 1993, p. 147). Intensamente dependentes das rendas proporcionadas pelos cultivos comerciais, os sítiantes tornaram-se dependentes, também, de técnicas que possibilitam aumentar a produtividade, controlar a disseminação de pragas, e produzir em períodos climáticos de menor produção (como no inverno, que, apesar de quente, é bastante seco na região, exigindo o uso de técnicas de irrigação e de hormônios de crescimento). Assim, a integração ao mercado impôs uma dependência não somente por tornar os agricultores dependentes do mercado de preços dos produtos agrícolas, determinados pela lei da oferta e da procura, mas também do mercado de insumos agrícolas.

Na região em estudo é bastante comum que os sítiantes busquem orientação sobre uso de insumos e fertilizantes com os engenheiros agrônomos das próprias lojas de produtos agropecuários da região, e, desse modo, parte importante das práticas e técnicas produtivas passa a ser orientada por funcionários cuja preocupação não tem como alvo as reais necessidades dos sítiantes e de sua lavoura mas, antes, os projetos de acumulação das empresas de insumos. Essa situação de dependência é revelada no episódio narrado pelo proprietário de uma distribuidora de alimentos da região:

X.: Um dia, eu estava numa loja de insumos, chegou de tarde o cara perguntou o que eu ia fazer. Ele me convidou pra fazer um churrasquinho... “vai ter uma palestrinha”. E começou uma palestra da empresa. Chegou e falou: “Então nós temos o produto que dá mais faturamento pra empresa...” É aquele produto melhor, o que dá faturamento e vende que nem água. “É então pra cada venda, 20% é de vocês, do valor.”

Pesquisadora: Só para os vendedores?

X.: É! E como tinha muita reclamação dos vendedores, que eles [a empresa produtora] passavam comissão para o dono da loja e ele não repassava [aos vendedores], eles mudaram. “Vai depositar direto na conta dos funcionários a comissão”. Está rico! Um produto que é fácil de vender e você vai ganhar 20%! Só que é o seguinte: tem o primeiro [produto], o segundo, o terceiro e assim vai. Os produtos mais vendidos. Então, pra você ganhar 20% daquele de cima [o primeiro], tem que vender todos os produtos embaixo, aqueles produtos que não é marca conhecida. Então o produtor vem e você tem que empurrar o produto para o cara. (Entrevista realizada em dezembro de 2010, Jales/SP)

A generalização dessa matriz produtiva, além de colocar o sitiante numa situação de extrema sujeição e vulnerabilidade em relação ao mercado e seus agentes, é também responsável pela elevação dos custos de produção. O intenso uso de agrotóxicos (que teve impulso sobretudo a partir dos processos de modernização da agricultura da década de 1970) associado à prática de uma agricultura intensiva, tem sido responsável pelo surgimento de novas e numerosas pragas, impondo a necessidade do uso de um número elevado de químicos corretivos e preventivos (TOKESHI, 2002). Desse modo, o investimento em insumos e defensivos agrícolas necessários para manter o padrão de produção do mercado eleva, sobremaneira, os custos de produção.

Olímpia Barizon: O veneno é muito caro, tinha que ser um veneno mais barato.

Pesquisadora: Que veneno vocês usam?

Olímpia Barizon: Tem tantos! *Os agrônomos que falam*. Eles vão ver as laranjas e falam quais deve usar. Tem veneno de tudo quanto é jeito: tem para florada, tem para ferrugem, tem para várias coisas. Cada um é dum jeito. (Entrevista com Olímpia e Candido Barizon, 14/07/ 2009, Santa Salete/SP).

Os sítiantes reconhecem os riscos do intenso uso de agrotóxicos tanto para sua saúde e de sua família como para o consumidor. Foram citados diversos casos de enfermidades e de episódios de toxidade causados por seu uso intensivo. Os sítiantes também reconhecem os cuidados a serem tomados no manuseio dos agroquímicos, como o respeito ao período de carência entre o uso do produto e a colheita. Entretanto, nem todos respeitam as determinações indicadas pelos fabricantes. Como parte significativa de sua produção é direcionada para o consumo *in natura* no mercado interno, para o qual há uma exigência extremamente elevada quanto ao padrão de qualidade, muitos violam os prazos de carência, aplicando veneno até mesmo na véspera da entrega do produto aos compradores, para “garantir a produção” – tais episódios foram narrados sempre em terceira pessoa. Há referências até mesmo a agricultores que não consomem os alimentos que produzem em função da consciência da quantidade excessiva de agrotóxicos que aplicaram neles para garantir o “padrão de mercado”.

Essa matriz produtiva que predomina na região é já chamada por muitos, paradoxalmente, de “agricultura convencional”, ou “tradicional” tamanha sua

generalização. Essa agricultura “convencional” é contraposta às “novas” técnicas produtivas naturais e agroecológicas. E numa inversão produzida sobretudo pelas transformações impostas pelos processos de modernização da agricultura, o que antes era *tradicional* se torna *novo*, e a agricultura produzida pelo e para o mercado, associado ao campo científico, torna-se *tradicional*.

Trata-se de um modelo produtivo intensivo, baseado no desmatamento, no aproveitamento de cada rincão das diminutas propriedades e no uso de insumos e fertilizantes. A herança desta forma predatória de exploração da terra pode ser localizada, mesmo, nas origens nômades das populações paulistas, com bandeirantes e os povoadores que os seguiam. Como a terra era um meio de sobrevivência provisório, pois praticavam uma agricultura itinerante, não havia uma preocupação com um trato mais racional da terra (CANDIDO, 1971, p. 37, 44-45). Podemos dizer, também, que este tipo de agricultura provisória é herança, ainda, do modelo de agricultura praticado pelas grandes fazendas de monocultura do café, onde grande parte dos agricultores que hoje vivem na região estudada aprenderam as primeiras lições sobre modos de fazer na agricultura. Tal como a agricultura das populações nômades de outrora, os cafeicultores faziam um uso intensivo da terra, procurando áreas novas e mais férteis na fronteira agrícola a Oeste.

Apesar, entretanto, da força desse modelo produtivo, a transformação da condição de realização da agricultura dos sitiantes do noroeste, que passou a carregar um sentido de permanência desconhecido pelos primeiros habitantes das terras paulista, fez surgir, nas consciências de muitos deles, a compreensão da necessidade de mudança nos modos de fazer. Já não há mais fronteira agrícola para os pequenos agricultores e nem mesmo contexto econômico favorável à compra de novos quinhões de terra e, então, é preciso, sobretudo, conservar o solo para que ele sirva ao sustento das próximas gerações. Esta tomada de consciência, que ilustra uma forma de *recampesinização* (PLOEG, 2008), já estava presente em alguns sitiantes da segunda geração (os pais destes que hoje são responsáveis pela produção). Os irmãos Nishimoto (Sérgio e Wilson) contam que seu pai tinha uma grande preocupação com o uso intenso dos agrotóxicos, e chegou até mesmo a tentar uma transição para a agricultura agroecológica. Sem conhecimentos suficientes sobre as técnicas produtivas, realizou uma transição precipitada, acelerada, o que foi causa de uma grave crise econômica para a família. Wilson Nishimoto conta, também, que herdou de seu pai, ainda, a preocupação com a conservação do solo.

O ritmo da tomada de consciência da necessidade de mudança dos padrões de vida e produção foi diferente para uns e outros. O pai dos irmãos Nishimoto não tardou em perceber a transição. Entretanto, tantos outros precisaram de um tempo mais longo para apreender as transformações, ou foram levados, pelas necessidades econômicas, a violar preceitos de respeito ao meio-ambiente e equilíbrio agroecológico que já reconheciam. Sr. Gonçalo nos fala da consciência culpada que carrega por ter derrubado tantas árvores, dentre elas um imenso jatobá¹⁰, para transformar nos dormentes que hoje sustentam a Estrada de Ferro Araraquarense, das motivações que o levaram a realiza-las, das consequências e das atitudes que tomou para reverter, segundo ele, o mau que causou à natureza e à paisagem da região:

Eu tinha um Jatobá ali. Tinha um Jatobá ali que era uma referência. De Rosalina a gente via aquele Jatobá. Eu não sei o que me deu. Eu estava precisando de dinheiro, derrubei aquele Jatobá e vendi. Depois eu pensei: "Eu tenho uma dívida com esse pedaço de terra". Eu plantei trinta mudas de aroeiras. Tem até pau- Brasil, Ipê roxo, Ipê amarelo. Está lá, umas quarenta árvores. Eu falei: "Eu tenho uma dívida com essa terra, eu vou fazer isso aqui ser um ponto de referência de novo." De Jales para cá, o povo vai falar: "Não tem umas aroeiras à direita?" Essas aroeiras vão substituir o jatobá. (Entrevista realizada em 23/09/2010, Jales/SP)

Também os agentes do Estado foram adquirindo consciência das necessidades do novo contexto de fixação do pequeno agricultor à terra e instrumentalizando as instituições que atendem as populações rurais de tal consciência. Assim, os engenheiros e técnicos da CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral) órgão ligado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, passaram a orientar os sitiantes quanto à necessidade da prática de técnicas de conservação e correção do solo. A mesma Secretaria Estadual concedeu, por um longo tempo, por meio de um concurso organizado pelo Banco do Estado de São Paulo, o BANESPA, o Prêmio de Conservação do Solo à pequena agricultura. Mais recentemente (2000), o governo do Estado lançou o Programa Estadual de

¹⁰ Interessante notar que para alguns povos indígenas brasileiros, como os tupi-guarani, o jatobá está relacionado à origem do mundo. Mayra, o herói mítico dos tupinambás, "saiu de um pé de jatobá, em um mundo calcinado por um grande incêndio, plantando novamente tudo o que o fogo queimou. O seu grande feito foi a criação do povo tupi." (LARAIA, 2005, p. 12) Embora a região não tenha sido ocupada por tupis, mas por Caingangues, da nação jê, imaginamos que os mitos construídos ao redor do jatobá possam também ter sido difundidos por essa região.

Microbacias Hidrográficas, que, em sua primeira versão (a segunda edição iniciou suas atividades neste ano de 2012), teve como principal função reverter a degradação ambiental observada na região, preocupando-se tanto com a preservação dos mananciais quanto com a conservação do solo. O programa ofereceu aos sítiantes mudas para reflorestamento e proteção da mata ciliar, cercas para o isolamento da área, máquina de plantio direto (que revolve menos o solo, evitando a erosão) e incentivou a prática do terraceamento.

E, ademais da predominância do modelo produtivo “convencional”, alguns agricultores têm buscado formas de reduzir o consumo de agroquímicos. Maria Gonçalo, sítiante que vive no município de Jales, acredita que, apesar dos modelos de agricultura agroecológica exigirem um uso de mão de obra mais intensivo, sua prática é possível em pequenos cultivos. A sítiante e seu esposo utilizavam no cultivo da uva, por exemplo, a antiga técnica de ensacar os cachos de uva para proteger do ataque de pássaros e outros animais, ao invés de utilizar um agroquímico que veio substituir essa técnica, cujo uso é bastante disseminado entre os sítiantes da região. Também, em outro trecho de sua propriedade implantou, com a orientação de técnicos da CATI e de informações recolhidas em revistas de agronomia, o modelo do *ciclo produtivo*, cujos princípios estão baseados numa agricultura de rotação preocupada com a reposição dos nutrientes retirados da terra. Assim, são plantados três produtos em sequência: um tipo de leguminosa (no caso de Maria, a vagem), que repõe nitrogênio no solo, uma produção estritamente comercial (nesse caso, o pepino), e na sequência, o milho, que tem uma propriedade higienizadora, eliminando do solo todo tipo de praga disseminada ou reproduzida por outros cultivos. Trata-se de uma técnica que alia sustentabilidade econômica e ambiental.

Outros agricultores mencionaram lições que aprenderam da agricultura natural, embora tantas vezes tenham dificuldades de implantá-las. José Antônio Morandim conta que teve notícia, num período em que estava plantando maracujá, de uma planta que elimina a praga que comumente ataca a raiz do pé deste fruto, mas que teve dificuldades para implementar seu uso sobretudo em função dos limites de tempo: era necessário aplicá-la durante um tempo mais ou menos longo na terra antes do plantio, e José Morandim tinha necessidade de um modelo produtivo que lhe garantisse retornos mais rápidos.

É generalizada a dificuldade de adaptação ao modelo de agricultura agroecológica. Entretanto, encontramos ao menos um caso (bastante reconhecido

nas redondezas, o que confirma ser este um caso bastante isolado) de um sitiante que logrou realizar tal transição. Trata-se do agricultor Wilson Nishimoto, aquele cujo pai já havia feito tal tentativa no passado. Wilson pratica, desde o ano 2000, a “agricultura natural”, modelo instituído por Mokiti Ocada, e seguido pela Igreja Messiânica, onde Wilson tomou lições de sua aplicação. O princípio deste tipo de agricultura é o de reproduzir os princípios biológicos da própria natureza no controle de pragas e nos processos de fertilização e adubação da agricultura. Assim, além de não utilizar nenhum tipo de defensivo agrícola químico, também não utiliza adubos orgânicos (como é o caso da agricultura *orgânica*), valendo-se algumas vezes de adubos vegetais e, com mais frequência, da própria mata como cobertura vegetal que ao mesmo tempo em que protege o solo, o fertiliza.

O volume de produção de Wilson, que trabalha somente com a ajuda eventual de sua mãe, uma mulher de 75 anos, é pequeno, todavia bastante diversificado. O sitiante cultiva sobretudo hortaliças, em pequenas quantidades e de acordo com a estação climática e o gosto do consumidor local: chuchu, abobrinha, berinjela, quiabo, cenoura, alface, couve-manteiga, couve-flor, brócolis, cheiro verde, cebolinha, entre outros produtos. A intensa mão de obra exigida por este modelo produtivo o impede de ampliar a escala de produção. Por outro lado, Wilson hoje tem um mercado de escoamento de seus produtos garantido pelo aumento do consumo de produtos orgânicos.

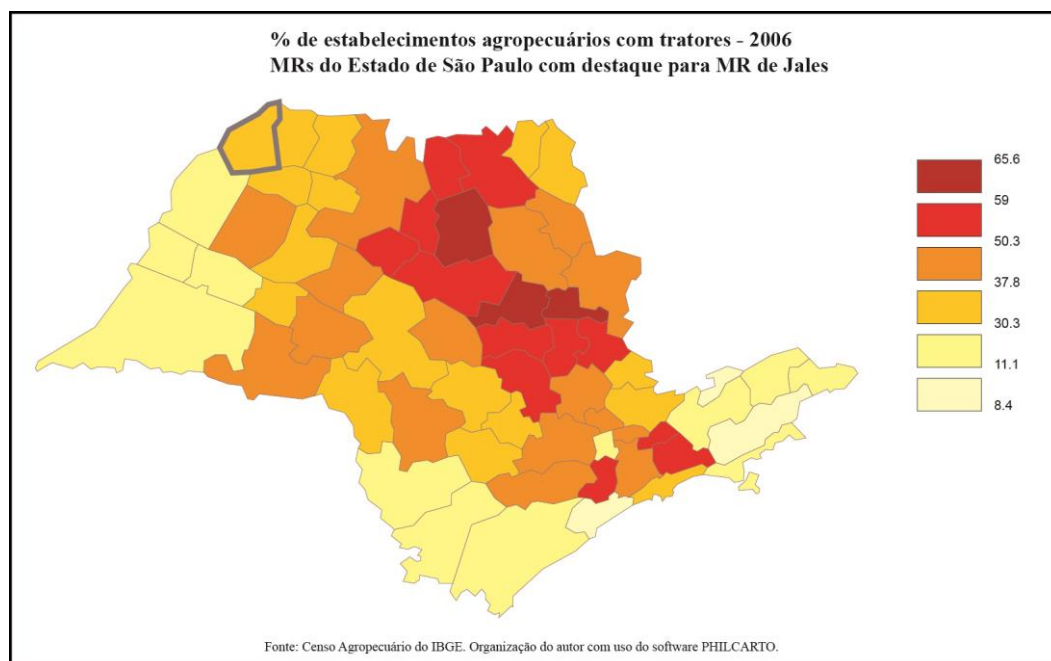
Entretanto, Wilson Nishimoto é uma exceção, e o modelo produtivo que predomina na região é o da agricultura “convencional”, sendo, então, generalizada a dependência dos sitiantes em relação ao mercado tanto para alcançar os fins de sua produção (a comercialização, que segue os preços do mercado) como para ter acesso aos meios que tornam possível a produção (maquinários, insumos e defensivos). Se esse processo de mediação realizada pelo capital na agricultura é, por um lado, responsável por certa “artificialização”, ele não consegue impedir, por outro, que os agricultores da região sofram com as intempéries do clima e tenham sua atividade limitada pela natureza. A agricultura, por definição, é uma atividade cujo desenvolvimento encontra seus limites no meio natural, apontado por Eric Wolf (1976, p. 108) como uma das *pressões seletivas* que se impõe sobre o campesinato. E, todavia a sociedade capitalista tenha avançado no sentido de controlar alguns destes limites – interferindo na fertilidade dos solos, no processo de maturação dos frutos, protegendo cultivos de algumas intempéries do clima – não se pode dizer que tenha

logrado superá-los. Uma primeira explicação para este fato está no próprio limite do desenvolvimento da ciência e da técnica, mas também em seus interesses. Assim, para os produtos com maior valor comercial, certamente, foram alcançados maiores níveis de desenvolvimento de técnicas de produção (como é o caso da uva). De outro modo, o acesso a tais progressos é também seletivo, limitado a determinadas classes. Assim, enquanto viticultores de algumas regiões do país já utilizam em suas videiras o sistema mais avançado de proteção do cultivo, impermeável e em formato de “Y”, que protege as uvas dos efeitos de chuvas, granizo e ataque de pássaros de modo mais eficaz, outros tantos nem mesmo possuem um sistema de proteção ou, quando o possuem, fazem uso do sistema mais arcaico das espaldeiras a céu aberto, cujo custo de instalação é cerca de 40% menor (INSTITUTO AGRONÔMICO, 2011).

Está em questão, então, tanto os limites do desenvolvimento da técnica quanto os limites de difusão e democratização de tais técnicas. Desse modo, os episódios de fortes chuvas e ocorrência de granizo, por exemplo, continuam a colocar-se como um limite intransponível para muitos dos pequenos agricultores do noroeste paulista. Rosemari Buzo, conta que um de seus maiores temores são as chuvas fortes: “Nós temos medo de dar uma chuva de pedra. Você nem sabe! As parreiras não estão cobertas. Não tem tela, então é a maior preocupação. Sé dá uma chuva de pedra, acaba com todos os cachinhos, *picota* as uvas” (entrevista realizada em 22/07/2010). Os episódios de videiras tombadas pela força das chuvas também se repetiram. Numa das visitas a um sitiante soubemos que ele perdeu quase toda a produção de sua parreira que estava já carregada, no ponto mais alto da maturação da fruta, o que lhe causou um prejuízo que deixará marcas na economia de sua família por um longo tempo.

Os limites no acesso a determinadas técnicas e progressos podem ser percebidos na ilustração abaixo. Do percentual dos estabelecimentos agropecuários com tratores (figura 18), o que vemos é um foco de tecnificação localizado na região onde, como vimos no segundo capítulo, corresponde à região de mais antiga produção de cana-de-açúcar (os municípios marcados em vermelho). Quanto mais distante desse foco, menor o grau de tecnificação.

Figura 18



Está posto, assim, um primeiro problema para a análise das estratégias de resistência: os agricultores, apesar das experiências de transformação do modelo produtivo, continuam reféns das técnicas implantadas com a modernização agrícola, e por outro lado, trata-se de um grupo em menor condição econômica de adequar-se a elas.

2. Comercialização: o mercado, sujeição e resistência.

Para os sítiantes da microrregião de Jales, o momento da distribuição foi sempre intermediado por outros agentes, e dependente de outras escalas de produção. Nas primeiras décadas, quando predominava o cultivo de cereais e outros produtos agropecuários de ciclo curto e se iniciava a produção de café, parte dela era entregue àqueles que possuíam máquinas de beneficiamento (sobretudo de café, arroz e algodão) ou casas comerciais instaladas nas vilas, outra parte aos poucos intermediários que iam até os sítios, e outra era vendida diretamente aos consumidores, nas feiras livres nas “vilas” em crescimento ou mesmo no próprio sítio (SEIXAS, 2006, p. 137). No momento de ocupação da região, entre as décadas de 1950 e 1970, a indústria de transformação, impulsionada pelo período da “revolução industrial” (1930-1956), era ainda bastante descentralizada. Até mesmo famílias de sítiantes que alcançavam um maior volume de produção e maiores rendimentos (por possuírem maior número de membros), adquiriam máquinas de beneficiamento de

café, arroz ou algodão que haviam sido produzidas no contexto do primeiro impulso à industrialização no país¹¹, grande parte delas trazidas à região pelos comerciantes de terras (SEIXAS, 2006, p. 121). Os excedentes produzidos com o beneficiamento, eram, então, reinvestidos na produção agropecuária. Foi assim que muitas famílias de sitiantes conseguiram comprar novos quinhões de terra, ampliar a produção, investir em maquinário. Os produtos beneficiados por estes sitiantes, bem como aqueles beneficiados por pequenas empresas (as “casas de máquinas”), depois de embalados manual ou mecanicamente, eram vendidos diretamente ao consumidor, também a indústrias de alimentos ou a intermediários empregados por empresas exportadoras de café. Nesse primeiro período, quando a produção da região não tinha um volume considerável ou reconhecido, poucos intermediários circulavam pela região, e alguns sitiantes, quando não forneciam seus produtos para indústrias de transformação da região, despendiam um tempo considerável para transportar seus produtos agropecuários até os compradores (supermercados, atravessadores, varejistas, ou até mesmo os armazéns do Estado). Todavia, como o número de membros nas famílias da região era mais elevado naquele momento, tratava-se de um trabalho que não comprometia a produção. José Ryugo nos conta quando, ainda jovem, começa a fazer o trabalho de transporte da produção de algodão, feita até então apenas por seu pai:

Naquele tempo a gente caprichava para apanhar algodão limpo. Naquele ano o governo estava comprando algodão, aqueles podres e tudo eram o mesmo preço. Aí falaram para que levasse lá em Tanabi o algodão. Era particular. Disseram que se você tiver algodão bom, eles pagavam melhor. Eu levei um caminhão de viagem. Eu arrumei um caminhão de viagem e lotamos. A intenção era levar no Cosmorama, no governo, mas como falaram que algodão bom e bonito era melhor em Tanabi, eu resolvi levar para Tanabi. Aí seguimos viagem para Tanabi. Chegamos lá já estava a noite, mas ainda estava funcionando. Aí ele falou: “Eu preciso ver esse algodão”. Eles arrancaram uma saca e disseram: “Nossa! Esse algodão está bonito demais”. Não tinha nenhum cisco quase. “Eu pago tanto”. Eu falei: “Está bom”. À noite mesmo descarregou tudo. (...). A primeira venda que eu fiz na minha vida. Eu nunca tinha feito negócio, eu deixava para o pai, o pai que fazia. (Entrevista realizada em 22/09/2012, Urânia/SP).

¹¹ MULLER (1989, p.28) esclarece que no período entre 1870 e 1920 o impulso à industrialização “não se reduziu à produção de bens de consumo, mas incluiu a produção de insumos e bens leves de capital para os setores agrícola-exportador e de transporte, e para o processamento de produtos de exportação”.

O período posterior, aquele que vai de 1965 a 1980, quando se concluiu o processo de substituição de importações iniciado há meio século, se ampliam as exportações e se realiza a efetiva integração agricultura-indústria, é o período de aumento da centralização da produção industrial, financiado sobretudo com capital externo (MULLER, 1989, p. 28-37). Neste período, alguns pequenos empresários ou famílias de sitiantes que adquiriram máquinas ampliaram sua escala de produção, especializando-se ou na fabricação e manutenção de máquinas ou na industrialização do café. Associados a estas indústrias e também às distribuidoras de alimentos que se multiplicavam no entorno, ao mesmo tempo em que ampliava a produção do noroeste paulista, ampliava-se também o número de intermediários atuando aí. E enquanto as famílias extensas fragmentavam-se em propriedades e moradas isoladas, e tomava vulto o processo de individualização da produção entre famílias nucleares, aumentava a dependência em relação a este fortalecido agente do mercado: o intermediário. O crescimento e apoio estatal ao processo de industrialização, instrumentalizado também por uma mais severa legislação sanitária, dificultou a continuidade da comercialização de uma parte considerável dos produtos da pequena agricultura, realizada diretamente pelo produtor, por exemplo, nas charretes que vendiam o leite nas vilas urbanas e bairro rurais. Desse modo, a única opção disposta ao sitiante era a venda de tais produtos às indústrias de transformação, ampliando o processo de dependência em relação ao grande capital.

Embora a dependência em relação ao mercado seja uma característica comum ao campesinato da região (tomado em comparação com as sociedades primitivas), importa a nós aqui destacar como este grupo específico, os sitiantes do noroeste paulista, experimentou o processo de intensificação desta subordinação, realizado através do processo de modernização (conversadora) da agricultura, industrialização e, mais recentemente, da mundialização do capitalismo, que atinge o noroeste paulista com a expansão das Usinas sucroalcooleiras. Desse modo, poderemos desvendar a mistificação que envolve a noção de “mercado”, fazendo referência às desigualdades e relações de poder que ela oculta, lembrando algumas colocações de Thompson:

Com todos os conflitos e contradições afastados do raio de visão, o mercado é, na verdade, para as energias liberadas e para as novas necessidades (e opções) abertas pelas formas capitalistas de troca, uma soberba e mistificadora metáfora. Quando visto sob esse

aspecto, o mercado é uma máscara usada pelos interesses particulares que não coincidem com os da 'nação' ou da 'comunidade', mas que querem, acima de tudo, ser confundidos com esses interesses coletivos. Os historiadores que supõem ser realmente possível encontrar esse mercado, cabe a tarefa de nos mostrar as evidências nas fontes. Uma metáfora, por mais grandioso que seja seu *pedigree* intelectual, não é o suficiente. (THOMPSON, 1998, p. 235).

A expansão do capitalismo nos campos da região noroeste vem acontecendo de modo distinto ao que ocorreu em diversas outras regiões do Estado de São Paulo. Enquanto em regiões de ocupação mais antiga o capitalismo agrário se expandiu fundindo sua figura com o do proprietário de terras, no noroeste paulista o fez por meio da sujeição do camponês no momento da circulação, deixando-o presos às teias de intermediários, financiamentos e indústrias de transformação. Desse modo, no momento em que os frutos do trabalho na terra são distribuídos (a circulação), o capital e também o Estado se apropriam de parte significativa deles sem ser proprietário, sem que tenha necessitado imobilizar capital na compra de terras para extrair a renda proveniente dela, entendida como mais-valia social (OLIVEIRA, 2010, p. 5-9; SANTOS, 1984, p. 110). Essa extração há muito vem sendo realizada pelo capital no noroeste paulista através da teia de intermediários que ligam os sítiantes ao mercado, cada um dos quais se apropria de parte do valor do trabalho produzido pela família sítiante. Mais recentemente o tem realizado também através do “aluguel de terras” para o plantio da monocultura da cana, pago em valores nitidamente inferiores àquele produzido pela renda diferencial produzida socialmente¹². Quanto ao Estado, realiza essa extração sobretudo por meio do encerramento de contratos de financiamentos à produção, extração que é realizada por meio de cobrança de juros. E se o sítiante, que em função da baixa composição do valor de seu trabalho, que é realizado com mão de obra familiar, potencialmente poderia se apropriar de um excedente maior do que aquele gerado pela produção capitalista mecanizada, vê, ao contrário disso, parte de seu rendimento usurpado e reduzido ao mínimo necessário à sua sobrevivência. É um dos mecanismos do processo denominado por José de Souza Martins (2010) de “reprodução das relações não-capitalistas de produção”.

Está posto, então, um paradoxo, ao menos do ponto de vista do cenário que se poderia construir não fossem os efeitos da expansão do capitalismo no campo. Num

¹² Esta discussão foi apresentada na seção “O arrendamento para o plantio de cana”, que é parte do capítulo 3 da tese mencionada, p. 227-243.

momento em que parte da população migra para o campo, aumenta a disponibilidade de capital e terras que, associados à maior tecnificação, poderiam gerar um aumento da renda das famílias (situação hipotética sugerida por WOLF, 1976, P. 102-102), o processo é outro: intensificação dos processos de extração da renda da terra. Desse modo, a população rural...

...se vê confrontada com um *squeeze* da agricultura cada vez maior. Os preços estagnam, os custos disparam e muitas famílias agrícolas são empurradas para uma condição de marginalidade. (...). Uma das consequências mais visíveis desse processo é o fortalecimento dramático das já existentes manobras especulativas, conhecidas como *squeeze* da agricultura: os preços pagos aos produtores encontram-se sob pressão praticamente em todo o lugar. Isso introduz fortes tendências para a marginalização e para novos padrões de dependência (...). (PLOGG, 2008, p. 6; 23).

O desenvolvimento dos mecanismos de extração da renda da terra, dos juros (parte da mais-valia) e daquele que seria um tipo de lucro médio¹³ leva a reprodução das famílias de sitiantes a uma permanente instabilidade. As crises cíclicas dos preços dos produtos, consequência do equilíbrio sempre cambaleante entre oferta e demanda, que dirige a economia de mercado, os expõe a eventos de evidente prejuízo, quando, por exemplo, o preço pago pelos produtos não é suficiente nem mesmo para cobrir os custos de produção, ou a rendimentos ínfimos, que permitem apenas repor os meios de produção da próxima safra. Ainda se fosse possível a eles comercializar seus produtos nos momentos de preços mais elevados (oferta menor que a demanda), como puderam fazer com a produção do café e do algodão... Mas não se lhes é garantido o “poder de recusa” (termo utilizado por WOLF, 1976, p. 69): como produzem atualmente sobretudo produtos perecíveis, e poucos possuem algum sistema de armazenamento que mantenha as características do produto por um longo período, precisam comercializá-los logo que é feita a colheita; por outro lado, o baixo valor pago pelos produtos no mercado não lhes possibilita a formação de um “fundo de subsistência” (termo utilizado por WOLF, 1976, P. 74) que poderia garanti-lhes a

¹³ Camponeses não produzem propriamente lucro médio porque a mão de obra nos sítios não é remunerada com capital. Chamamos de “uma espécie de lucro médio” o excedente gerado pela produção agropecuária do sitiante que é, comparado ao funcionamento de uma empresa capitalista, mais bem um tipo de salário. A distinção entre lucro médio e taxa de lucro, realizada por Marx (MARX, 2008, III/1, p. 187-259), nos ajuda a compreender que, além da extração da renda da terra, os capitalistas se apropriam de parte da renda do sitiante na forma de juros (por exemplo, pelos financiamentos) e, ainda, de parte do rendimento que caberia ao sitiante, tomado como capitalista (comparado a um empresário), chamado por Marx de “lucro médio”.

reprodução até que chegasse o momento mais vantajoso na balança do mercado. Diversos estudos ressaltam a instabilidade imposta à reprodução da vida de diferentes grupos camponeses pelas crises cíclicas do preço dos produtos e pela negação deste “poder de recusa” (WOLF, 1976, p. 68-69; SANTOS, 1984, p. 113). E, para retornar aos problemas inerentes à economia de mercado, ainda que lhes fosse possível esperar esse “momento mais vantajoso”, ele não seria garantia de restauração permanente da estabilidade. Tomemos em conta as constantes crises do chamado “ciclo do café”, que desembocaram em sua derrocada.

Os sitiantes de Jales estão envolvidos em diferentes redes de circulação de seus produtos, por meio das quais se realizam formas mais ou menos intensas de sujeição e extração da renda da terra¹⁴. Todavia, a natureza das relações construídas com o mundo exterior e seus efeitos, se o identificam enquanto classe, não são suficientes para defini-lo de forma mais abrangente, como sujeito histórico. Enquanto tal, o sitiante se construiu através de um longo percurso temporal, anterior mesmo ao capitalismo. E mesmo sob a égide deste, produziu e reproduziu projetos e valores tantas vezes paralelos aos do tipo capitalista, lógicas estruturadoras da ação que tantas vezes se chocaram e continuam chocando-se com os projetos daqueles, reagiram às tentativas de implantação de tais projetos, retardando ou mesmo impedindo sua realização.

Há uma gama de ricos registros históricos e reflexões sociológicas que trouxeram a nosso conhecimento estes momentos onde as diferenças entre camponeses e capitalistas foram postas a nu, chegando a embates mais ou menos duradouros, mais ou menos dramáticos. Eduard Palmer Thompson fez estudos de destaque dentro dessa perspectiva: analisando as transformações impulsionadas pela implantação do capitalista na Inglaterra do século XVIII, deu visibilidade ao modo como a população do campo as percebia, e reagia a elas, questionando, por exemplo, a liberalização da regulação da comercialização dos grãos (que deu origem aos “motins da fome”, estudado por THOMPSON, 1998) e a proibição da utilização da madeira em terras comuns (instituída pela “Lei Negra”, estabelecida em 1783,

¹⁴ Na sessão “A integração a diferentes redes de circulação dos produtos”, do capítulo 5 da tese mencionada, intitulado “Comercialização e outras rendas”, apontamos para os seguintes caminhos de comercialização da produção, da maior à menor relação de sujeição: a integração (direta ou através de cooperativas de produtores) como fornecedores de insumos para agroindústrias; a comercialização de produtos *in natura* através de intermediários (os marreteiros) ou dos carroceiros, ou venda diretamente nas feiras livres, nos sítios, ou nas carruagens.

analisada por THOMPSON, 1987¹⁵). Também Karl Polanyi (2000), em seu clássico “A grande transformação”, fala da reação de camponeses, também na Inglaterra do século XVIII, aos cercamentos das terras até então de uso comum por mercadores de terras.

Neste momento em que nos debruçamos sobre os problemas que envolvem a questão da comercialização, a reflexão a partir de tais estudos trouxe luz a discursos e práticas de resistência que se reproduzem ainda hoje entre os sitiantes do noroeste paulista, evidenciando elementos de “continuidade”, lógicas estruturadoras da ação e do pensamento que são anteriores à generalização das relações capitalistas e que ainda hoje são reproduzidas. Thompson (1998) mostrou que, no final do século XVIII a população tinha uma consciência muito clara “de que os preços deveriam ser regulados em tempos de escassez” e que os comerciantes de alimentos aproveitavam-se deste período para aferir grandes quantias em dinheiro (p. 180).

No Brasil, passado o primeiro século de intensificação das relações capitalistas, século este em que houve um evidente enfraquecimento da organização popular e das instituições representativas de classe (ALVES, 2000), as revoltas e manifestações populares contra as consequências deste processo são cada vez mais raras. No Noroeste Paulista, as últimas duas revoltas de que tivemos conhecimento foram: a Revolta do Capim, organizada por associações de bairro do município de Santa Fé do Sul¹⁶ (1959-1970) e a greve do leite, que aconteceu no município de Jales na década de 1990¹⁷. Não soubemos de nenhuma outra manifestação de revolta de amplo alcance depois desta última.

Entretanto, sobrepõe-se do discurso de diversos dos camponeses entrevistados uma indignação que tem origem na observação da posição claramente desfavorável com a qual se inserem no “mercado”, desfavorecidos na voraz

¹⁵ Também Marx (2007) discute a questão do “furto de lenha” na Prússia de 1840, discutindo, ao contrário, o modo como a instituição da propriedade privada altera a interpretação do Estado com relação ao que antes figurava como direito costumeiro.

¹⁶ A Revolta do Capim foi organizada por posseiros a fim de denunciar e combater a espoliação de que eram vítimas por meio dos “contratos de arrendamento” e impedir o iminente despejo das terras em que trabalhavam. “Para isso arrancaram o capim das invernadas, queimaram o opressivo barracão, fundaram cooperativas para defenderem seus direitos, apelaram para o Estado questionando muitas vezes este mesmo Estado” (MURUMATSU, 1984, p. 2)

¹⁷ Conforme relato do sitiante Wilson Donda (entrevista realizada em 27/07/2010), os produtores de leite da região, insatisfeitos com a baixa remuneração do litro de leite oferecido pelos laticínios, bloquearam a passagem dos caminhões de transporte do produto por mais de uma vez. Para reduzir as perdas que teriam os sitiantes em decorrência da greve, avisavam o dia da paralização com antecedência, assim se poderia providenciar o armazenamento do produto por alguns dias.

concorrência que mobiliza a economia liberal. Não lhes é possível produzir o arroz, o feijão e o açúcar com os mesmos custos com que os produzem os grandes latifundiários e as indústrias de alimentos, que utilizam tecnologia moderna, menos mão de obra, recebem isenções e subsídios estatais de todo tipo, quando não reduzem substancialmente os custos de produção por serem os próprios produtores de diversos dos meios de produção (energia, insumos, água, etc.). E quando os sitiante buscam identificar os possíveis responsáveis por sua posição desprivilegiada no “jogo do mercado”, ademais de apontar os próprios capitalistas, também responsabilizam o Estado, o que remete à “antiga economia moral paternalista” mencionada por THOMPSON (1998, p. 256-257). Um sem-número de vezes acompanhamos sitiante construindo ideias de soluções para a minimização de seu problema e quase sempre tais ideias giravam em torno de uma política de preços mínimos mais favorável ao agricultor, de um melhor planejamento territorial da produção agrícola, salvaguardando o “espaço” de atuação do pequeno agricultor, da necessidade de novas linhas de crédito públicas e subsídios à produção, etc.

Transformações drásticas das leis que regem o mercado? Revolução? Nenhuma construção que alcançasse um nível de abstração ou transcendência em relação ao funcionamento da sociedade nos termos em que vivemos hoje foi vislumbrada ou desenhada. De todo modo, a consciência de sua posição subalterna no “jogo do mercado” está ali, claramente identificada. E todavia não seja suficiente para libertar o pensamento das amarras das lógicas estruturadoras da sociedade, impulsiona a ação, desdobrando-se em ações cotidianas de negociação e de busca de espaços de menor sujeição e de maior autonomia.

Referências

- ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971.
- ECHEVERRIA, Thais Martins. “Caipiras e Samurais modernos: um estudos sobre pequenos proprietários rurais na bacia do Rio Cachoeira.” Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Departamentod de Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, 1993, 217 f.
- INSTITUTO AGRÔNOMICO DE SP. “Estudo do IAC sobre cultivo protegido de uva aumenta produtividade em 100%.” *PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO*, 27 de 07 de 2011: Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=215586&c=551&q=Estudo+do+IAC+sobre+cultivo+protegido+de+uva+aumenta+produtividade+em+100>. Acessado em: 23/03/2012.

- LARAIA, Roque de Barros. "As religiões indígenas: o caso tupi-guarani." *Revista USP*, nº 67 (setembro/novembro 2005): 6-13.
- LEITE, Sérgio Pereira. "A pequena produção e o quadro recente da agricultura brasileira." *Revista Perspectivas*, nº 12/13 (1989/90): 31-53.
- MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil Agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.
- . *O cativo da terra*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MARX, Kar. *O capital. Crítica da Economia Política. Livro 3. Vol. 4*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MARX, Karl. "Debates acerca da lei sobre o furto de madeira (1842)." *Gazeta Renana*, nº 298 (2007): Tradução de Emil Asturig von München. Disponível em: http://www.scientific-socialism.de/KMFEDireitoCAP7Port.htm#_ftn1. Acessado em: 10/10/2012.
- MENDRAS, Henri. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- MORAES SILVA, Maria Aparecida de. "De colona a bóia-fria." Em *História das mulheres no Brasil*, por Mary del PRIORE, 554-576. São Paulo: Contexto, 2008.
- MORAES SILVA, Maria Aparecida de, Beatriz Medeiros de MELO, e Lara Abrão de MORAES. "Mulheres caipiras. Dois olhares sobre o mundo rural paulista." *Revista Caravelle* 99 (2012): 77-105.
- MULLER, Geraldo. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: EDUC Editora da PUC, 1989.
- MULLER, Nice Lecop. "Sítios e sitiantes no Estado de Sao Paulo." *Boletim 132. Universidade de Sao Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*, 1951.
- MURUMATSU, Luís. "As revoltas do capim: movimentos sócio-agrírios no Oeste paulista 1959-1970." Dissertação (Mestrado em Sociologia), FFLCH-USP, São Paulo, 1984.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Humbelido. "Agricultura e indústria no Brasil." *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária* 5, nº 10 (ago 2010): 5-64.
- PLOEG, Jan Douwe Van Der. *Camponeses e impérios alimentares: luta por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O campesinato brasileiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973b.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- SCOTT, James C. *Moral economy of the peasant: rebellion and subsistence in southeast asia*. New Haven and London: Yale University Press, 1976.
- SEIXAS, Genésio Mendes de. *Memória de Jales: até a instalação da Comarca*. Jales: Edição do Autor, 2006.
- THOMPSON, Eduard Paul. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- . *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TOKESHI, Hosime. "Doenças e pragas agrícolas geradas e multiplicadas pelos agrotóxicos." *CULTIVAR*, nº 29 (maio 2002): 17-24.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. "Raízes históricas do campesinato brasileiro." *XX Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, MG, outubro de 1996.
- WOLF, Eric. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- WOORTMANN, Ellen. *O modo de produção doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.